



# SÍNTESE INE @ COVID-19

29 . setembro . 2021

O INE disponibiliza o reporte semanal para acompanhamento do impacto social e económico da pandemia COVID-19.

O presente reporte versa sobre os destaques relativos a:

- Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – Agosto de 2021, publicado a 20 de setembro;
- Índice de Preços da Habitação – 2.º Trimestre de 2021, publicado a 22 de setembro;
- Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 2.º Trimestre de 2021, publicado a 23 de setembro;
- Principais Agregados das Administrações Públicas – 2020, publicado a 23 de setembro;
- Tábuas de Mortalidade em Portugal - Desagregação regional – 2018-2020, publicado a 24 setembro.

Para maior detalhe, consulte os *links*, para informação relacionada, disponíveis ao longo do destaque.

---

**Taxa de juro desceu para 0,792%, capital em dívida e prestação mensal fixaram-se em 57 115 euros e 236 euros, respetivamente**

Em agosto de 2021:

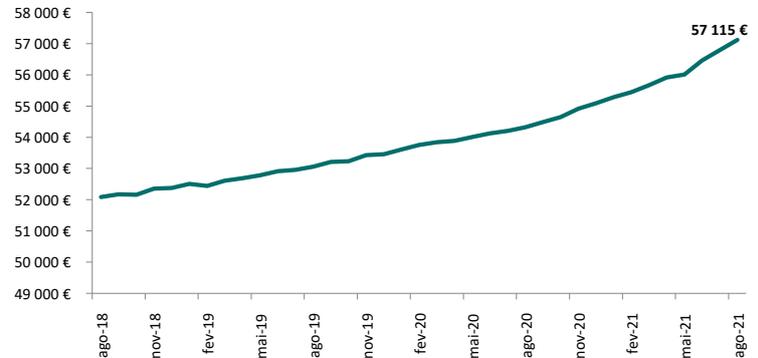
- A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação foi de 0,792% (0,800% no mês anterior);
- Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu para 0,689% (0,647% em julho);



## Taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação



## Capital médio em dívida



- O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos aumentou 325 euros face ao mês anterior, fixando-se em 57 115 euros;
- O valor médio da prestação subiu 1 euro, para 236 euros;
- A taxa de juro implícita no crédito à habitação para os contratos de aquisição de habitação desceu para 0,807% (0,816% no mês anterior). Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, esta taxa fixou-se em 0,679% (0,670% no período precedente).

Mais informação:

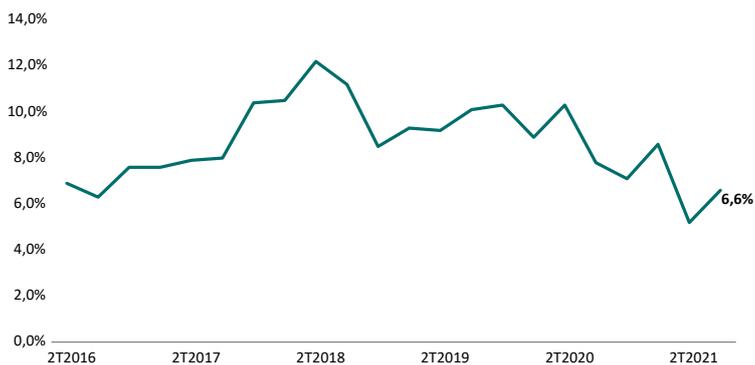
[Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – agosto de 2021](#)  
(20 de setembro)

## Preços da habitação aumentam 6,6% no 2º trimestre de 2021

No 2.º trimestre de 2021, em termos homólogos:

- O Índice de Preços da Habitação (IPHab) aumentou 6,6% (5,2% no trimestre anterior);
- Os preços das habitações novas aumentaram a um ritmo superior ao das habitações existentes, 6,9% e 6,5%, respetivamente.

### Índice de Preços da Habitação (variação homóloga)



No 2.º trimestre de 2021, em comparação com o trimestre anterior:

- O IPHab aumentou 2,2% (1,6% no 1.º trimestre de 2021);
- O aumento dos preços foi mais intenso nas habitações novas (3,5%) que nas habitações existentes (1,8%).

Neste trimestre, foram transacionadas 52 855 habitações, no valor de 8,6 mil milhões de euros (+58,3% e +66,5%, respetivamente, que no 2.º trimestre de 2020).

O aumento homólogo significativo observado no 2º trimestre de 2021 acaba por traduzir o facto da comparação incidir sobre os meses de abril a junho de 2020, um período marcado pelas restrições impostas no âmbito do primeiro confinamento decretado no contexto da pandemia COVID-19.

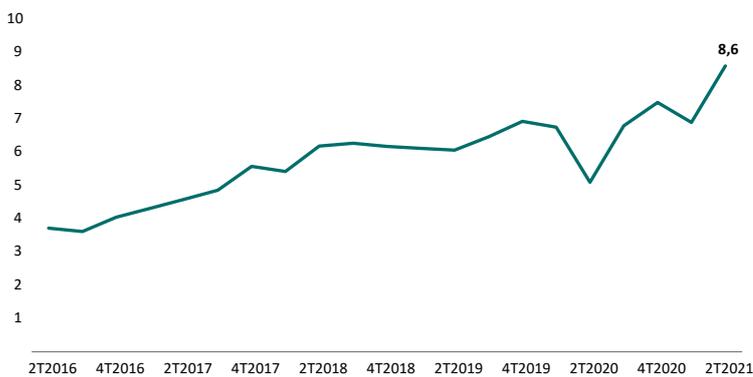
Transação de Habitações (N.º)  
2.º trimestre de 2021



Transação de Habitações (valor)  
2.º trimestre de 2021



Valor das Vendas de alojamentos  
Total  
(mil milhões de euros)



Mais informação:

[Índice de Preços na Habitação – 2.º trimestre de 2021](#)  
(22 de setembro)

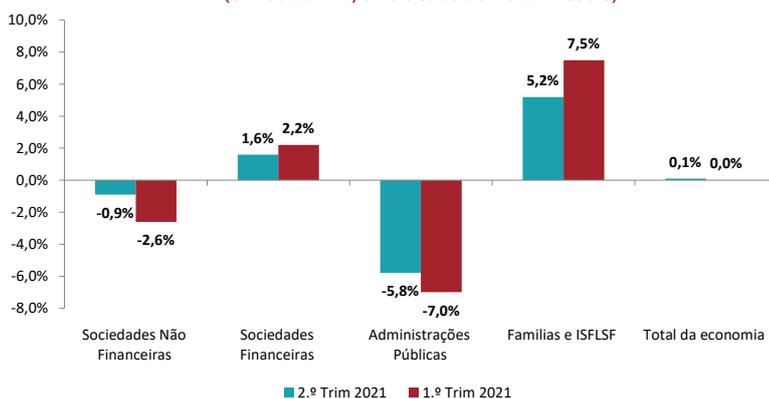
## Rendimento disponível bruto regressa a variações positivas

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 2.º trimestre de 2021, período em que se verificou uma redução progressiva das medidas restritivas à mobilidade em consequência da evolução da pandemia COVID-19, após o confinamento geral verificado no trimestre anterior. É importante referir que estas contas trimestrais são inteiramente consistentes com os resultados anuais finais de 2019 e provisórios de 2020.

No ano terminado no 2.º trimestre de 2021<sup>1</sup>, relativamente ao período homólogo anterior:

- A economia portuguesa apresentou um saldo externo de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) (+ 0,1 p.p. relativamente ao trimestre anterior);

### Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

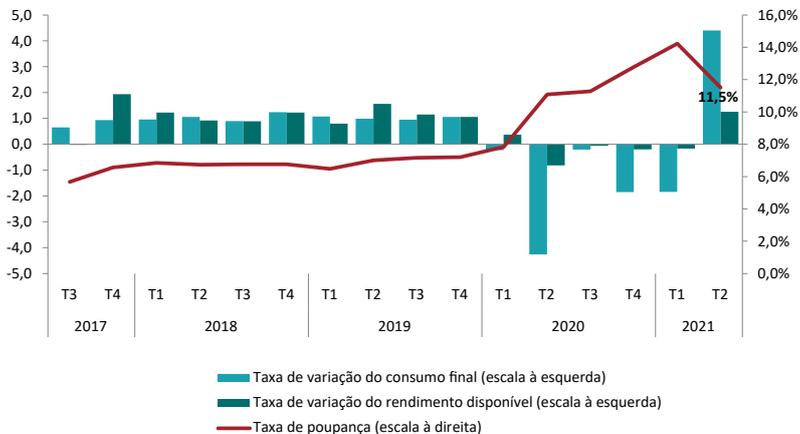


- O PIB nominal aumentou 3,6% (-1,1% no ano acabado no 1.º trimestre de 2021);
- O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 3,7% (-1,1% no trimestre anterior);
- O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 4,0% (-1,0% no trimestre anterior);
- A capacidade de financiamento das Famílias<sup>2</sup> diminuiu 2,3 pontos percentuais (p.p.), para 5,2% do PIB, e a taxa de poupança fixou-se em 11,5% (14,2% no trimestre anterior), refletindo sobretudo o crescimento de 4,4% do consumo privado (-1,8% no trimestre anterior);
- O saldo das Sociedades Não Financeiras registou uma diminuição de 0,9% do PIB (mais 1,7 p.p. que no trimestre anterior), traduzindo o aumento de 5,6% do Valor Acrescentado Bruto (VAB);
- A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,6 p.p., para 1,6% do PIB;
- A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu para -5,8% do PIB (-7,0% no trimestre anterior). Esta redução do défice foi determinada por um aumento superior da receita (3,2%) ao da despesa (0,7%);

<sup>1</sup> Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência.

<sup>2</sup> Inclui as Instituições Sem Fim Lucrativo ao serviço das Famílias (ISFLSF)

## Taxa de poupança das Famílias e ISFLSF (%; ano acabado no trimestre)



- O Rendimento Disponível Bruto das famílias ajustado *per capita* fixou-se em 16,6 mil euros (+1,4% face ao trimestre anterior), inferior em 2,2 p.p. à taxa de variação do PIB nominal *per capita*.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 2.º trimestre de 2021 atingiu -2 802,8 milhões de euros, -5,3% do PIB, o que compara com -10,6% no período homólogo.

Mais informação:

Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 2.º trimestre 2021  
(23 de setembro)

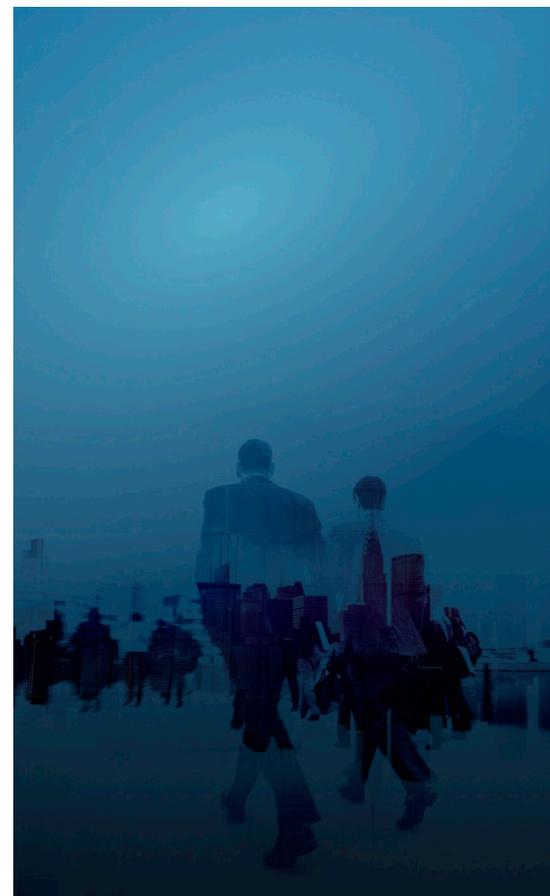
## Principais agregados das administrações públicas

Estimativa provisória para 2020, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas:

- O saldo global das Administrações Públicas (AP) agravou-se em 11,9 mil milhões de euros entre 2019 e 2020, originando uma necessidade de financiamento de 11 684 mil milhões de euros em 2020 (-5,8% do PIB). Esta evolução negativa resultou, em simultâneo, de um acréscimo na despesa (+8,5%) e de uma redução na receita (-4,6%);
- O saldo da Administração Central situou-se em perto de -14 mil milhões de euros (+10 mil milhões de euros face a 2019);
- A Administração Regional e Local apresentou um saldo negativo de -228 milhões de euros (em 2019 havia registado um excedente de mais de 600 milhões de euros);
- O saldo dos Fundos de Segurança Social, apesar de positivo, deteriorou-se em quase 800 milhões de euros.

A receita total das AP diminuiu 4,6% (cerca de -4,2 mil milhões de euros), em resultado de:

- Diminuição de 4,5% na receita corrente, devido sobretudo ao decréscimo dos impostos sobre a produção e a importação (-9,1%);
- Diminuição dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-3,7%), refletindo a forte redução da atividade económica em 2020;
- Aumento de 1,0% na receita das contribuições sociais;
- Diminuição de cerca de 16% na receita de capital.



Devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi necessário efetuar um ajustamento adicional relativamente aos resultados em contabilidade pública de modo a incluir os pagamentos futuros na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento.

Este ajustamento adicional traduziu-se num registo da receita fiscal de IVA e das Contribuições Sociais em 229 e 111 milhões de euros, respetivamente, superior ao efetuado em contabilidade pública, referente às medidas de prorrogação de pagamento devido entre o final de 2020 e o início de 2021 e que constituem receita em 2020 na ótica de contas nacionais.

A despesa total das AP registou um aumento de 8,5%, em resultado dos aumentos simultâneos:

- +6,0% da despesa corrente;
- +43,5% da despesa de capital.

Para o aumento da despesa corrente contribuíram principalmente as seguintes variações:

- + 4,2% das prestações sociais;
- +3,4% das remunerações;
- -8,4 na despesa em juros.

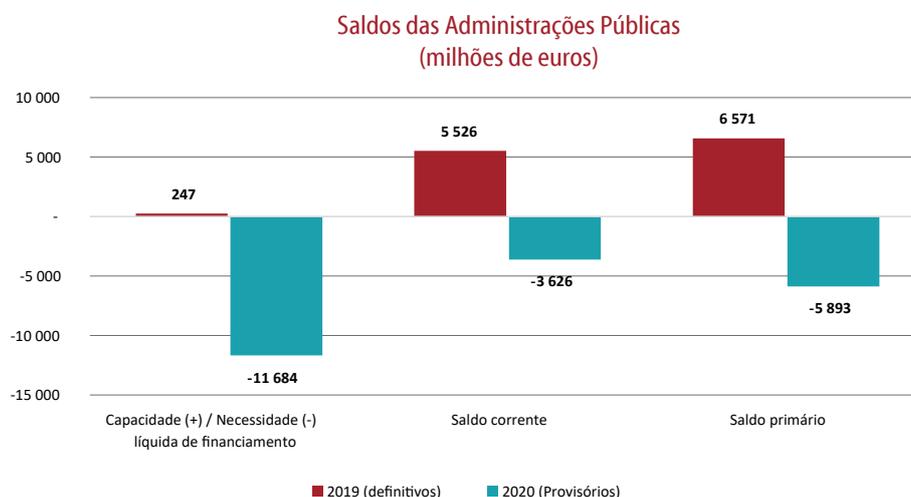
O acréscimo da despesa de capital é em larga medida explicado pelo registo, como transferências de capital, da operação de concessão do empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças à TAP Air Portugal no montante de 1,2 mil milhões de euros e da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 132 milhões de euros.

Mais de metade do aumento verificado na despesa pública entre 2019 e 2020 traduziu o impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19, correspondentes a 4% da despesa pública total em 2020.

Entre os encargos públicos com a pandemia, destacam-se as seguintes despesas:

- Subsídios às empresas (2,7% da despesa total em 2020);
- Consumo intermédio (0,5%);
- Apoio social às famílias (0,2%);
- Layoff simplificado (0,9%).

O impacto direto no saldo em contabilidade nacional das medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 foi cerca de -4,9 mil milhões de euros em 2020 (-2,3% do PIB).



Mais informação:

[Principais Agregados das Administrações Públicas – 2020](#)

(23 de setembro)

## Tábuas de Mortalidade para Portugal, 2018-2020

### Esperança de vida à nascença:

No triénio 2018-2020, a esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada em 81,06 anos para o total da população, sendo de:

- 78,07 anos para os homens (+1,90 anos face aos valores estimados para 2008-2010);
- 83,67 anos para as mulheres (+1,48 anos em 2008-2010).

A esperança de vida à nascença continua a ser superior para as mulheres, mas a diferença para os homens tem vindo a diminuir, sendo agora de 5,60 anos (6,02 em 2008-2010).

Por região NUTS II:

- Foi no Norte que se verificaram os valores mais elevados para a esperança de vida à nascença, para o conjunto da população (81,46 anos) e para homens (78,55 anos), e no Centro para mulheres (84,00);
- As maiores diferenças de longevidade entre homens e mulheres observaram-se nas Regiões Autónomas da Madeira (6,89) e dos Açores (6,82) e as menores na Área Metropolitana de Lisboa (5,41) e no Norte (5,44).

Por região NUTS III, as maiores esperanças de vida à nascença foram observadas em:

- Cávado (82,10 anos);
- Região de Coimbra (81,58 anos);
- Região de Leiria (81,57 anos).

### Esperança de vida aos 65 anos:

A esperança de Vida aos 65 anos em Portugal, atingiu 19,69 anos, para o total da população, sendo de:

- 17,76 anos para os homens (+1,02 anos que em 2008-2010);
- 21,11 anos para as mulheres (+1,08 anos que em 2008-2010).

A diferença entre a longevidade aos 65 anos de homens e mulheres em 2018-2020 foi para mais 3,35 anos.

Por região NUTS II, os valores mais elevados de esperança de vida aos 65 anos verificaram-se na Área Metropolitana de Lisboa (19,97 anos), tanto para homens (18,05 anos) como para mulheres (21,54 anos);

As três regiões NUTS III com maior longevidade aos 65 anos foram:

- Região de Coimbra (20,39 anos);
- Terras de Trás-os-Montes (20,28 anos);
- Alto Tâmega (20,25 anos).



Mais informação:  
[Tábuas de Mortalidade em Portugal, 2018-2020](#)  
(24 de setembro)

A série de Destaques “Síntese INE@COVID-19” foi iniciada em abril de 2020, com o propósito de disponibilizar uma agregação de alguns dos resultados estatísticos oficiais mais relevantes divulgados em cada semana, tendo em conta a situação pandémica que então foi declarada em Portugal.

O INE pretende continuar a contribuir deste modo para um acompanhamento do impacto social e económico da pandemia COVID-19 pelos decisores das entidades públicas e privadas e também pelo público em geral.

A mesma intenção levou também à criação da área “Especial INE COVID-19” no Portal do INE, que inclui igualmente outros conteúdos agregados sob esta temática.

Destaques do INE na semana de 27 de setembro a 01 de outubro:

Destaques	Período de referência	Data de divulgação
Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação	Agosto de 2021	27 de setembro de 2021
Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local	2.º Trimestre de 2021	28 de setembro de 2021
Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores	Setembro de 2021	29 de setembro de 2021
Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego	Agosto de 2021	29 de setembro de 2021
Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho	Agosto de 2021	29 de setembro de 2021
Estimativa Rápida do IPC/IHPC	Setembro de 2021	30 de setembro de 2021
Atividade Turística - Estimativa Rápida: Agosto de 2021		30 de setembro de 2021
Índices de Produção Industrial	Agosto de 2021	30 de setembro de 2021